



## Declaração sobre o Brasil

A MEDEL acompanhou com grande preocupação os ataques violentos ocorridos em 2023 e a tentativa de atentado em 2024, no coração da democracia brasileira.

A invasão que vandalizou as instalações do Supremo Tribunal Federal, do Congresso e do Palácio Presidencial, fazendo eco ao assalto ao Capitólio, demonstra a enorme dimensão das ameaças a que as instituições democráticas e os sistemas judiciais independentes estão expostos, como consequência de práticas violentas destinadas a subverter as suas decisões ou a impedir o seu funcionamento.

Tais ataques violentos, como advertiu o Parlamento Europeu<sup>1</sup>, constituem um fenómeno global.

As sanções recentemente impostas pela administração dos Estados Unidos, ao abrigo do Global Magnitsky Act, contra um juiz do Supremo Tribunal Federal em funções, pelo seu papel num processo relativo ao antigo Presidente brasileiro, são mais um exemplo da preocupante tendência de visar magistrados estrangeiros em retaliação por atos praticados no exercício das suas funções profissionais, em clara contradição com o propósito original de um instrumento criado para combater graves violações de direitos humanos e corrupção significativa a nível mundial.

Num contexto de ameaças globais à democracia e a uma ordem mundial baseada em regras, a MEDEL *recorda que*:

- a independência do poder judicial e o seu adequado funcionamento são essenciais à preservação da democracia e à proteção dos direitos fundamentais;

- o exercício dos direitos democráticos e das liberdades deve ter lugar com respeito por todas as instituições democráticas e pelas suas funções constitucionais;

*Exorta* as autoridades nacionais e internacionais a assegurar o cumprimento das normas internacionais que estabelecem que juízes e tribunais devem ser protegidos de interferências impróprias ou indevidas, bem como de qualquer ato de assédio ou ameaça;

*Exprime* a sua plena solidariedade com a magistratura e com todas as instituições democráticas do Brasil, alvo de atos de violência e de tentativas de ingerência indevida no exercício das suas funções;

*Mantém-se* empenhada em apoiar a justiça independente como valor universal e todos os juízes que, guiados pelos princípios constitucionais e pelo Estado de direito, atuam na defesa da democracia, dos direitos fundamentais e das liberdades.

23 de setembro de 2025

---

<sup>1</sup> *European Parliament resolution of 19 January 2023 on the storming of the Brazilian democratic institutions (2023/2505(RSP))*-  
[https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2023-0013\\_EN.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2023-0013_EN.html)